

PROJETO DE LEI Nº. 010/08

Faço saber que a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Sanharó aprovou em 1ª e 2ª votação o Projeto de Lei Nº. 010/08.

EMENTA: Cria, na Estrutura Administrativa da prefeitura Municipal de Sanharó, cargo de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

ARTIGO 1º - Ficam criados, no âmbito da Estrutura Administrativa da Prefeitura de Sanharó, vinculados à Secretaria de Saúde, 40 (quarenta) cargos de Agentes Comunitários de Saúde, a serem promovidos mediante processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, cujas atribuições deverão ser desenvolvidas em jornada de 40 (quarenta) horas semanais, com remuneração e reajuste definido pelo programa e dotação específica.

§ 1º - o Regime Jurídico aplicável aos ocupantes dos Cargos de Agente Comunitário de Saúde será regulamentado conforme disposto no Art. 198, §5º da Constituição Federal,, Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006 e Lei Federal nº 11350, de 2006.

§ 2º - além das hipóteses previstas no 1º do Artigo 169 da Constituição Federal, o servidor que exerça funções equivalentes ao de Agente Comunitário de Saúde poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados na forma da Lei.

§ 3º - Após o prazo estipulado no Art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, somente poderão ser contratados Agentes Comunitários de Saúde, na forma prevista no §4º do Art. 198 da Constituição Federal, observando o limite de gasto estabelecido na Lei Complementar de que trata o Art. 169 da Constituição Federal.

§ 4º - Os profissionais que em 14 de fevereiro de 2006 estavam desempenhando as atividades de Agente Comunitário de Saúde perante o Município de Sanharó, as que entrarem posteriormente até a presente data, porem já selecionadas por Órgão Público competente antes desta data, ficam dispensados de se submeterem ao

processo seletivo público a que se refere o § 3º deste Artigo, desde que tenham sido contratadas ou investidas por qualquer outra forma, a partir de anterior processo de seleção pública efetuado por órgão da administração pública, na forma com o estabelecido no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51 de 14 de fevereiro de 2006.

§ 5º - Será considerada como hipótese ensejadora da perda do cargo a constatação de que o Agente Comunitário reside em localidade cuja distancia seja superior a 6 (seis) quilômetros de sua área de atuação.

§ 6º - Ficam os Cargos de Agentes Comunitários de Saúde, no Regime Jurídico Estatutário.

ARTIGO 2º. – Os recursos para fazer face à execução da presente Lei estão previstos no orçamento e terão como fonte, valores específicos repassados pelo Governo Federal e outro do Município, quando se apresentarem como insuficientes.

ARTIGO 3º. – Os Agentes Comunitários de Saúde que possuam Ensino Fundamental completo, curso de Formação de Agente e cumprirem as demais disposições previstas na Lei Federal 11350, de 2006, serão contemplados com adicional equivalente a 10% em seus vencimentos, a cada dez anos, retroagindo esta disposição a de 30 de agosto de 2001.

ARTIGO 4º. – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 5º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Sanharó, 29 de maio de 2008.

Antônio Holanda Valença
Presidente